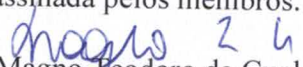
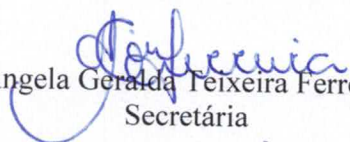


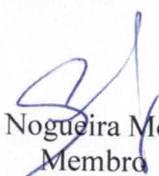
Ata da 78ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Itaúna

Aos 12 (doze) dias do mês de julho de 2024, às 15:00 (quinze) horas, na “Sala de Reunião do IMP”, nesta cidade de Itaúna, Estado de Minas Gerais, reuniram-se, em caráter extraordinário, os membros do Conselho Deliberativo do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Itaúna – IMP, nomeados e/ou reconduzidos pelo Decreto Municipal nº 7.818/2022, abaixo identificados: Magno Teodoro da Cunha, representante do Executivo Municipal; Ângela Geralda Teixeira Ferreira, representante do SAAE; Elaine Marra de Sousa Boaventura, representante dos aposentados do IMP, Carla Cristina de Oliveira Damasceno, representante dos pensionistas do IMP, Gisele de Oliveira Peixoto, representante da Câmara Municipal e Leandro Nogueira Moreira Araújo, representante do Sindserv. A reunião foi presidida por Magno Teodoro da Cunha que ordenou que se passasse à apreciação da “Ordem do Dia”, a saber: **1 – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR QUE ALTERA A LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 201/2023:** O Conselho Deliberativo discutiu a alteração na referida Lei Complementar a saber: Foi discutido a possibilidade de acrescentar um artigo na LC 201/20123 de modo que fique expresso integralmente as alterações e revogações previstas nos incisos III e IV do art. 35 da Emenda Constitucional nº103/2019. Este Conselho deliberou pela aprovação da alteração. Outra alteração discutida e aprovada foi a modificação do art. 56 da LC 201, porque a atual redação veda a conversão de tempo de serviço especial em tempo comum, o que está contrário à EC 103/2019. Com a modificação legislativa pretendida e autorizada será possível a conversão de tempo especial em tempo comum até a data da publicação da EC 103/2019. A última alteração discutida e aprovada foi referente ao tempo mínimo de contribuição necessário para atender aos critérios de aposentadoria previsto no art. 54 da LC 201/2023. A atual redação prevê a necessidade de 25 anos de contribuição, tempo considerado dissonante ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, onde é previsto ter 15 anos de tempo de contribuição para aposentadoria por idade. Ressalta-se ainda que a regra anterior da lei previdenciária municipal era de 10 anos de tempo de contribuição e que os 15 anos já é uma medida de austeridade em busca do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS. Logo, foi aprovada a alteração do artigo 54 para 15 anos de tempo de contribuição. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que depois de lida e aprovada foi assinada pelos membros.

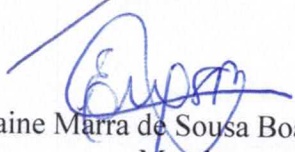

Magno Teodoro da Cunha
Presidente


Ângela Geralda Teixeira Ferreira
Secretária


Carla Cristina de Oliveira Damasceno
Membro


Leandro Nogueira Moreira Araújo
Membro


Gisele de Oliveira Peixoto
Membro


Elaine Marra de Sousa Boaventura
Membro